

# **Experiência Comparada com Fundos Socioambientais na Amazônia, no Brasil e no Exterior<sup>1</sup>**

**Joseph S. Weiss<sup>2</sup>**

## **Resumo**

Fundos socioambientais são agências que já canalizaram, no mundo, mais de US\$3 bilhões a pequenos projetos formulados e implementados por governos locais, ONGs ou organizações comunitárias. Foi realizado, em 1999, um levantamento de 14 fundos de pequenas doações, incluindo o Projeto de Reservas Extrativistas, o Projetos Demonstrativos (PD/A), o FUNBIO e o PROBIO. No exterior, se originaram de reformas estruturais de orientação internacional; na Amazônia, resultaram também de reivindicações dos movimentos sociais.

São mecanismos inovadores com modelos participativos, exemplos de transparência para parcerias do estado com a sociedade civil. São, porém, pequenos e isolados, não universais, sem articulação com outros projetos, programas e políticas, inconsistentes com outras políticas que penalizam o pobre. Melhoram a qualidade de vida sem gerar aumentos permanentes no emprego ou renda, por sua curta duração inadequada para a sua sustentabilidade. Atividades produtivas são apoiadas principalmente com recursos a fundo perdido, sem uma combinação adequada de recursos a fundo perdido, micro-crédito e empréstimos a organizações comunitárias. A tensão entre as culturas participativas e gerenciais dos fundos e as hegemônicas, paternalistas e centralizadoras de governos tradicionais promove mudanças, às vezes contra fortes restrições de órgãos governamentais.

## **1. Reformas estruturais e fundos socioambientais**

Os fundos socioambientais, em geral, se originaram como parte de processos de reforma estrutural das economias em vários países, normalmente consistindo de elementos de contenção fiscal, redução de deficits, privatização e proteção social.

O apoio a políticas de proteção social tem o objetivo de garantir condições mínimas de vida e que compensem pelos efeitos de ajustes estruturais. Entretanto, os ajustes estruturais têm três impactos sociais: 1) reduzem a atividade econômica, aumentando o desemprego, 2) reduzem o papel do Estado nos investimentos socioambientais, impactos negativos dificilmente solucionáveis por 3) redes de segurança que alcançam uma pequena parte da população elegível, sem levar em conta o grau de cobertura alcançado. Não se conhece a medida em que os programas de proteção social de reformas estruturais tenham ampliado as taxas de cobertura. Recentemente, as políticas de proteção social tem sido complementadas em muitos países com fundos socioambientais nacionais.

---

<sup>1</sup> Adaptado de Banco Mundial (vários autores), *Estudo sobre os fundos sociais e ambientais apoiados pelo Banco Mundial no Brasil*, agosto 2001. O Banco custeou o estudo inicial mas o trabalho é de responsabilidade do autor.

<sup>2</sup> Ph. D., professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

Nos últimos acordos entre o Brasil e o conjunto de instituições financeiras liderado pelo FMI, tem sido criticado o seu elemento de proteção social. Recursos do Banco Mundial e do BID foram alocados para o componente de proteção social do pacote de US\$41,5 bilhões de ajuda externa liderado pelo Fundo Monetário Internacional. Os críticos acusam a existência de desvios de recursos dos objetivos especificados (provenientes do Banco Mundial) e o de não haver alcançado as metas acordadas (provenientes do BID). Segundo Aurélio Vianna, Jr., da Rede Brasil, o acordo prevê mas não explicita como o Banco Mundial empresta para pagamento da dívida (ou operações no mercado de câmbio) e o Governo compromete-se em manter – ou ampliar – os programas sociais. Segundo o Deputado Agnelo Queiroz, dos 21 programas sociais que o governo brasileiro prometeu desenvolver, sete receberam menos dinheiro que o mínimo exigido pelo BID. A maioria dos programas de proteção social citados nestes acordos não são destinados principalmente às populações de baixa renda.

## **2. Fundos socioambientais**

“Fundos socioambientais são agências com função similar a intermediários financeiros que canalizam recursos, segundo critérios pré-determinados de elegibilidade, a pequenos projetos de grupos de baixa renda e vulneráveis, formulados e implementados por agências públicas ou privadas, tais como governos locais, ONGs ou os próprios grupos comunitários”<sup>3</sup> São geridos por unidades autônomas, com orçamento definido e destinado, isento de vários regulamentos e com o poder de definir as normas e grupos elegíveis – incluindo organizações de base e não governamentais, municípios e empresas privadas – os quais formulam, apresentam e implementam subprojetos.<sup>4</sup>

## **3. Experiências internacionais**

Segundo Narayan e Ebbe, com o objetivo de atacar as causas básicas da pobreza, os fundos devem se orientar à participação comunitária, às necessidades expressas da comunidade (“demand-driven”) e ao fortalecimento da capacidade comunitária.<sup>5</sup> As vantagens dos fundos estão sendo vistos cada vez mais por sua contribuição às comunidades em reduzir os riscos sociais da pobreza e construir o consenso comunitário através da participação. Os fundos estão deixando de ver comunidades como veículos para prover materiais locais e mão-de-obra, passando a enxergá-las como gestores de projetos.<sup>6</sup>

Durante um Workshop Internacional sobre Fundos Sociais, realizado em 1997 na sede do Banco Mundial, concluiu-se que apesar do seu êxito em atender as necessidades dos grupos marginalizados, melhorando a qualidade de vida mas não o nível permanente de renda (e nem sempre para os mais excluídos), não poderiam eliminar a pobreza estrutural devido aos

---

<sup>3</sup> Banco Mundial, *Portfolio Improvement Program: Review of the Social Funds Portfolio*, 1997, p. iv.

<sup>4</sup> Narayan, Deepa e Katrinka Ebbe, *Design of Social Funds*, Banco Mundial, 1997, p. 2. Este documento apresenta dados mais atualizados que o *Portfolio Review*. Os dados de 1998 são de “Strategy for Social Investment Funds.”

<sup>5</sup> Narayan e Ebbe, *op. cit.*, p. 5.

<sup>6</sup> Aycrigg, Maria, *Participation and the World Bank: Successes, Constraints and Responses*, Social Development Paper no. 29, novembro de 1998.

recursos limitados diante dos gastos públicos e as políticas macroeconômicas sem objetivos sociais. Representam a primeira família de programas em que as organizações de base comunitária desempenham um papel claro na formulação e implementação de sub-projetos, devolvendo credibilidade ao setor público e introduzindo uma cultura de compromissos contratuais e transparência.. Por outro lado, não são institucionalizados e podem reduzir a autoridade dos governos estaduais e municipais. Recomendou-se que:

- Busquem uma melhor integração e papel mais definitivo dentro das políticas e estratégias macroeconômicas para a redução da pobreza estrutural.
- Dêem maior atenção ao desenvolvimento das capacidades de comunidades e organizações locais sustentáveis.
- Mobilizem recursos financeiros incluindo crédito com fundos rotativos, doações e crédito bancário.

Uma avaliação dos fundos do BID<sup>7</sup> perguntou se os fundos devem expandir seu apoio a subprojetos produtivos. Não se concorda com a posição dos bancos contra o uso de doações para financiar atividades produtivas; querem que sejam financiadas por empréstimos, tipo microcrédito.

ONGs América Central e Caribe envolvidas com fundos socioambientais identificam, entre outras, 1) um papel útil porém limitado; 2) uma falta de inserção em uma estratégia ampla de redução da pobreza e 3) de uma reforma econômica que apoie e não penalize o pobre.<sup>8</sup>

#### **4. O Contexto nacional**

Desde 1964, o País se encontrava num regime de exceção resultante da atuação das forças armadas, conjugadas com grupos organizados de empresários e outros, limitando e reprimindo severamente a atuação de organizações da sociedade civil.

A partir dos anos 1970, foram se organizando um amplo conjunto de movimentos populares, sindicatos, organizações religiosas e profissionais, reivindicando o retorno a um regime de democracia plena e a melhoria de condições de vida da população.

Reconhecendo parcialmente esta realidade, o regime buscou moldar as instituições políticas e legais para conduzir o processo de abertura de uma forma gradual e manter intocadas grande parte das estruturas de poder econômico e político.

---

<sup>7</sup> Goodman, Margaret, Samuel Morley, Gabriel Siri e Elaine Zuckerman, *Social Investment Funds in Latin America, Past Performance and Future Role*, Banco Interamericano de Desenvolvimento, março de 1997. Ver relação de fundos no Anexo.

<sup>8</sup> Ilias, 1995, citado em Malena, Carmen, *NGO Involvement in World Bank-financed Social Funds: Lessons Learned*, Environment Department Paper 052, The World Bank, 1997, p. 42.

Como resultado dos movimentos populares (como as comunidades religiosas de base, os movimentos de bairro e pela habitação, contra a carestia, pela anistia política, pelas eleições diretas) obteve-se uma maior participação nos processos decisórios locais e representatividade política nacional, reivindicando os seus direitos econômicos e legais. Vários programas e projetos de orientação sócio-ambiental resultaram destas lutas dos movimentos sociais e de iniciativas do setor público para respondê-las e/ou antecipar-se a elas. Também se reconfirmou o princípio da função social da terra privada.

Em parte como resultado desta história, a Constituição Federal, promulgada em 1988, introduziu vários mecanismos para a participação social na formulação de políticas, retratados a seguir, num contexto maior de uma ampla descentralização política, com poder e recursos transferido ao nível local.

Como resultado da Constituição de 1988 e programas nacionais de descentralização conduzidos pelos ministérios setoriais, a maioria dos 5,508 municípios tem conselhos bipartite onde estão igualmente representados o governo e a sociedade civil, podendo ser considerados como transição à uma “democracia deliberativa,” que pode promover com eficiência uma maior transparência, prestação de contas e parceria com a sociedade civil. Entretanto, o ativismo e a eficácia variam muito, especialmente onde municípios estão sobrecarregados de muitos conselhos “prefeiturizados.”

A nível nacional, a interação de organizações da sociedade civil (OSCs) e de seus líderes com o governo toma várias formas:

- participação em conselhos nacionais de formulação de políticas e controle social
- participação em comissões de projetos
- processos orçamentários participativos
- como consultores através de contratos com o governo
- como recipientes de pequenas doações de fundos socioambientais
- eleição a cargos políticos ou nomeação a funções de governo.

Portanto, na Amazônia e no Brasil os fundos resultam mais dos movimentos sociais que das reformas estruturais.

Entretanto, não se evidenciam políticas específicas quanto aos fundos socioambientais em geral, quanto às formas de participação da sociedade na formulação e execução dos fundos, a sua orientação às necessidades expressas das comunidades e seu compromisso com o investimento na capacidade organizacional local.

## **5. Levantamentos de fundos brasileiros**

Segundo um levantamento realizado em 1999 de 14 fundos de pequenas doações com apoio do Banco Mundial, incluindo o Projeto de Reservas Extrativistas, o Projetos

Demonstrativos (PD/A), o FUNBIO e o PROBIO identificou 78 características específicas do desenho, operação e impacto destes fundos que trazem bons resultados.<sup>9</sup>

Melhoram a qualidade de vida, a curto prazo, sem gerar aumentos permanentes no emprego ou renda.

As atividades produtivas são apoiadas principalmente com recursos a fundo perdido; faltam financiamentos por uma combinação adequada de recursos a fundo perdido, como micro-crédito e empréstimos a organizações comunitárias, em complemento a investimentos em infra-estrutura.

Os subprojetos são em pequena escala e isolados; não garantem articulação entre subprojetos ou com outros projetos, programas e políticas nacionais, estaduais ou locais. Falta integrar os fundos às políticas públicas nacionais e alcançar o atendimento universal aos que os necessitam.

Fundos e subprojetos de curta duração são inadequados para a sua continuidade e sustentabilidade.

Os fundos representam mecanismos inovadores e apresentam modelos participativos que passam a servir de exemplos para parcerias do estado com a sociedade civil..

A tensão entre as culturas participativas e gerenciais, dos fundos e as hegemônicas de governos tradicionais ajuda a desinstalar estas práticas paternalistas e centralizadoras. Órgãos governamentais podem apresentar forte restrição ao financiamento da ação participativa continuada da sociedade civil. .

Os fundos ou descentralizam as decisões sobre recursos a níveis mais próximos aos beneficiários diretos ou permitem a participação dos seus representantes em fóruns deliberativos. A descentralização das decisões ao nível local não garante democratizar a alocação dos recursos.

Os procedimentos administrativo-financeiros exigidos pela administração pública e pelo Banco Mundial são excessivamente burocráticos e complexos. A complexidade na formulação de subprojetos gera uma *industria projetista* que pode distorcer os objetivos do projeto. É freqüente o atraso no desembolso de recursos de contrapartida. Também existem críticas sobre os processos de seleção, prazos e valores máximos dos subprojetos.

Faltam agentes qualificados locais para assistência técnica. A assistência técnica para a elaboração de subprojetos, cobrada em um percentual fixo do subprojeto, valoriza a quantidade e não a qualidade dos subprojetos, não favorece a autonomia dos beneficiários nem a capacitação dos técnicos.

São inadequados os processos de avaliação e disseminação de resultados.

---

<sup>9</sup> Couto Soares,

## 6. Comparação preliminar da experiência brasileira com a internacional

Enquanto a maioria dos fundos no exterior tem o objetivo de alívio da pobreza, os fundos de pequenas doações no Brasil, apoiados pelo Banco Mundial, tem origem mais ampla que os Fundos socioambientais em outros países. Apesar de que vem sendo realizado um processo de ajuste estrutural no Brasil, inclusive desde 1998 com base em acordo com o FMI, nem todos os fundos fazem parte deste processo. Os fundos são componentes de projetos federais e estaduais de empréstimo do Banco Mundial, quase todos para objetivos sociais e ambientais. Alguns fazem parte de programas de doação administrados pelo Banco como é o caso do PPG-7 e do Global Environment Fund (GEF).

Vários destes fundos socioambientais cumprem amplamente com o critério de orientação dos subprojetos às necessidades expressas da comunidade (*“demand-driven”*); até alguns dos próprios projetos resultaram de demandas comunitárias.

O levantamento de Couto Soares mostra uma série de outras diferenças das características dos projetos levantados por Narayan e Ebbe, tais como:

- Pela dimensão do Brasil, a maioria tem alcance estadual ou regional; no exterior predominam fundos de alcance nacional. Predominam projetos com objetivos específicos e localizados ao invés de programas nacionais com objetivos macro-sociais.
- Somente cinco dos quatorze fundos estudados estão inseridos nas políticas compensatórias ao ajuste estrutural do Banco Mundial.
- Outros sete fundos estudados estão concentrados no setor de recursos naturais (incluindo projetos agrícolas, segundo classificação do Banco), sendo os beneficiários comunitários e ONGs intermediárias.
- Menciona-se ainda o projeto DST/AIDS, com componente destinado a ONGs.
- Os processos *“demand driven”* apresentam graus de descentralização muito variados, sendo limitada a transferência de recursos para a gestão das organizações locais.
- Apesar que o estudo de Couto Soares verifica uma ênfase na infra-estrutura econômica e social, esta é menor que em outros países, com uma participação um pouco maior de subprojetos orientados a apoiar atividades produtivas.
- Segundo casos reportados por Narayan e Ebbe, são poucos os fundos que oferecem **doações** para subprojetos produtivos em países latino-americanos (Guatemala e Peru). Em geral, a maioria dos fundos financiados pelo Banco oferecem subprojetos produtivos inseridos em programas de **microcrédito**. O micro-crédito é pouco observado na carteira de projetos apoiados pelo Banco Mundial no Brasil.

#### 4. Condições para o êxito de fundos socioambientais

Em geral, o Banco Mundial observa que:

*A [participação] de beneficiários nos processos de consulta, nos custos e nos processos decisórios podem melhorar os resultados dos fundos socioambientais apoiados pelo Banco, assegurando que o microprojeto seja relevante às necessidades do beneficiário e gerando o compromisso de sustentar as atividades do projeto e seus benefícios além da vida do fundo.*

*Busca-se, cada vez mais, a participação do beneficiário, como objetivo adicional, por duas razões principais. Primeiro, quando se dá às comunidades a responsabilidade e a habilidade de identificar, implementar e supervisionar microprojetos, ficam mais qualificados a se envolver em atividades futuras de desenvolvimento. Segundo, os fundos socioambientais podem servir como modelos para processos participativos, demonstrando, aos governos e outros intermediários, a viabilidade e a utilidade de abordagens participativas.<sup>10</sup> Podem demonstrar como as reformas de políticas públicas podem ser realizadas com projetos dirigidos pelas comunidades.<sup>11</sup>*

##### 4.1 Algumas evidências do impacto da participação e do capital social

Não foi analisado o impacto social dos fundos estudados. Da literatura analisada até a data, é limitada a informação sobre o impacto de características específicas da formulação e operação de fundos socioambientais sobre os seus objetivos sociais de redução da pobreza. Apresentam-se algumas das evidências reportadas sobre o impacto da participação nos resultados dos fundos socioambientais, reportadas em *Social Development and Results on the Ground* do Social Development Task Group do Banco Mundial (seminário realizado nos dias 17 a 20 de maio de 1994).

- Em levantamento de 121 projetos comunitários de abastecimento de água financiados por várias agências, notou-se que foram altamente eficazes apenas 3% dos projetos com baixas taxas de participação, enquanto foram altamente eficazes 81% dos projetos com alta participação. Verificou-se que a participação (“empoderamento”) da comunidade foi a variável que mais explicou o êxito dos projetos.<sup>12</sup>
- Em levantamento de 28 avaliações ambientais na Região Latino-América e o Caribe (LAC) entre os anos fiscais 1989 e 1994, verificou-se que os desenhos dos projetos

---

<sup>10</sup> The World Bank Participation Sourcebook, p. 235.

<sup>11</sup> The World Bank, Latin America and Caribbean Region Community-Driven Development-CDD Action Plan, Washington, 2000.

<sup>12</sup> Narayan, Deepa, *The Contribution of People's Participation – Evidence from 121 Rural Water Supply Projects*, World Bank, 1995.

foram melhorados com a participação popular e consultas às comunidades, aos governos e ONGs locais.<sup>13</sup>

- Verificou-se que a participação pública tem sido a variável mais importante no êxito inicial de projetos da Facilidade Ambiental Global (GEF).<sup>14</sup>
- O capital social, medido pela participação em grupos e redes, é fator importante ao desenvolvimento, segundo estudo na Tanzânia com 750 domicílios localizados em 45 aldeias. Da análise de regressão múltipla, verificou-se que o capital social contribuiu mais ao bem-estar do domicílio que o nível educacional, os bens amealhados, o acesso ao mercado, o capital humano, físico e natural.<sup>15</sup>

## 5. Conclusões e Recomendações

As seções anteriores representam, com efeito, um compêndio das recomendações dos vários estudos. Adicionalmente, decidiu-se, pela sua relevância, em resumir as conclusões contidas no relatório citado do BID (Goodman et alli).

### *Tipos de impactos*

Os fundos aliviam a pobreza através da 1) criação de empregos e geração de renda; 2) melhoria de condições de vida; 3) fortalecimento da capacidade das comunidades de se organizar e se ajudar a si mesmas; e 4) reduzir o impacto dos ajustes macroeconômicos sobre a comunidade. Predomina o impacto sobre o item 2.

Os projetos têm ajudado pouco a criar empregos e aumentar a capacidade de geração de renda, nem têm proporcionado treinamento, limitando-se a dar empregos temporários a salários tabelados, nem sempre para os trabalhadores locais. Apesar de algum esforço, os fundos não têm tido muito êxito em desenvolver projetos produtivos que se traduzam em empregos permanentes.<sup>16</sup>

O referido estudo oferece evidência parcial, citada anteriormente, que as pressões de doadores para limitar projetos produtivos e os recursos insuficientes dedicados ao treinamento limitam também as necessidades expressas da comunidade (“demand-driven”), beneficiando apenas com melhores condições de vida, sem aumentar a renda. Limita ainda o fortalecimento da capacidade comunitária de se ajudar, inclusive capacitando-se a preparar e obter financiamentos para outros projetos. Portanto, os fundos devem ser flexíveis no atendimento das demandas comunitárias. Os fundos mais inovadores

---

<sup>13</sup> Partridge, W., *People's Participation in Environmental Assessments in Latin America*, World Bank, 1994.

<sup>14</sup> *Public Involvement in GEF-Financed Projects*, GEF Secretariat, Washington, D.C., 1996.

<sup>15</sup> Narayan, Deepa, *Voices of the Poor: Social Capital and Poverty*, 1996.

<sup>16</sup> Goodman et alli, *op. cit.*, p. 71.



e bem sucedidos têm sido freqüentemente aqueles financiados com recursos nacionais, que não recebem ajuda externa, ficando livres das regras e limitações que isso implica.

Os fundos complementam mas não substituem políticas macroeconômicas e um pacote completo de programas sociais. Seus êxitos também depende de políticas que conduzam ao crescimento econômico com estabilidade e crescimento do orçamento público para o setor social. Devem ser considerados como soluções parciais, até que se tornem permanentes e sustentáveis pela transferência das suas atividades a estruturas públicas federais e municipais estabelecidas, reformadas e capacitadas com os conceitos participativos dos fundos socioambientais.

Os mecanismos de desembolsos rápidos de doações de projetos às comunidades oferecem um potencial para o clientelismo, especialmente durante períodos eleitorais. Portanto, torna-se essencial adotar-se critérios objetivos e transparentes de seleção e evitar-se a troca de equipes técnicas com as mudanças de governo.

O levantamento do impacto de fundos de pequenas doações no Brasil poderá verificar e aprofundar as características favoráveis e desfavoráveis ao êxito, permitindo aperfeiçoar seu desenho e incorporar suas lições aprendidas em políticas sociais de maior alcance.

Uma linha de análise mais interessante para futura indagação seria: *Quais são os elementos específicos que mais conduzem a fundos socioambientais bem sucedidos e com maior benefícios sustentáveis para a população? Comparam-se favoravelmente os fundos socioambientais com outras políticas sociais? Que proporção das populações de baixa renda são beneficiados pelos projetos existentes? Vale a pena ampliá-los e até aumentar sua proporção dos orçamentos públicos destinados a objetivos sociais?*

## Bibliografia

### Documentos do Banco Mundial

Aycrigg, Maria, *Participation and the World Bank: Successes, Constraints and Responses*, Social Development Paper no. 29, novembro de 1998

Bennett, Lynn, Mike Goldberg e Pam Hunte, *Group-Based Financial Systems: Exploring the Links between Performance and Participation*, Participation Series, Environment Department Paper, s.d.

Bigio, Anthony [ed.], *Social funds and reaching the poor: experiences and future directions: proceedings from an international workshop organized by the World Bank*, 1998.

Cechin, José [Secretário Executivo do Ministério da Previdência], *Social Protection Policies in Brazil em Conferencia de Protección Social en América Latina*, junho de 1999.

Fiszbein, Ariel and Pamela Lowden, *Working Together for a Change: Government, Civic and Business Partnerships for Poverty Reduction in Latin America and the Caribbean*, Economic Development Institute, World Bank, 1999.

Garrison, John, "From Confrontation to Collaboration: Government - Civil Society – World Bank Relations in Brazil", Final Draft, dezembro de 1999.

Gopal, G. and A. Marc, *World Bank-financed Projects with Community Participation*, 1994.

Hicks, Norman, *Measuring the Poverty Impact of Projects in LAC*, LAC Quality Enhancement, Poverty and Labor Unit, LAC Region, July, 1998.

Irias, Gustavo, Honduras: *La Perspectiva de las ONGs para Mejorar su Participación en los Proyectos Financiados por el FIRS en Primer Seminario Centroamericano Fondos de Inversión Social y ONGs*. Roatan, Honduras, 1995.

Kammersgaard, Jesper, *Causalities Between Social Capital and Social Funds*, Social Protection Discussion Paper no. 9908, The World Bank, March 1999.

Kottak, Conrad, Alberto Costa e Rosane Prado, *World Bank Workshop on Participatory Development: A Study of Popular Participation in Brazil: Northeast Rural Development Program (NRDP-PAPP)*, May, 1994.

LCR CDD Working Group, *Elements for a LCR Action Plan on Community Driven Development*, Internal draft document, Washington, 2000.

Malena, Carmen, *NGO involvement in World Bank-financed social funds: lessons learned*, Environment Development Paper no. 052, 1997.

Narayan, Deepa, *The Contribution of People's Participation: Evidence from 121 Rural Water Supply Projects*. Environmentally Sustainable Department Occasional Paper Series 1, 1995a.

\_\_\_\_\_, *Designing Community Based Development*, Environment Department Working Paper 7, World Bank, Washington, D.C., 1995a.

Narayan-Parker, Deepa e Katrinka Ebbe, *Design of Social Funds, Participation, Demand-Orientation and Local Organizational Capacity*, World Bank Discussion Paper no. 375, Washington, D.C., 1997.

Robb, Caroline M., *Can the Poor Influence Policy? Participatory Poverty Assessments in the Developing World*. World Bank Directions in Development Series, 1999.

Schmidt, Mary and Alexandre Marc, *Participation in Social Funds*, Participation Series Paper no. 004, Environment Dept., The World Bank, July 1995

Serageldin, Ismail, *Sustainability and the Wealth of Nations, First Steps in an Ongoing Journey*, Environmentally Sustainable Development Studies no. 5, The World Bank, 1996.

Smillie, Ian *et al.*, *Joint Evaluation Mission of the Government of Sri Lanka/UNDP/World Bank to Evaluate Poverty Alleviation through the Janasaviya Trust Fund*, September, 1994.

Subbarao, K. *et al*, *Selected Social Safety Net Programs in the Philippines: Targeting, Cost-Effectiveness and Options for Reform*, World Bank Discussion Papers 317, 1996.

Subbarao, K. *et al*, *Safety Net Programs and Poverty Reduction, Lessons from Cross-Country Experience*, Directions in Development, 1997.

Tendler, J., *New Lessons from Old Projects, The Workings of Rural Development in Northeast Brazil*, World Bank, Operations Evaluation Dept., 1993.

\_\_\_\_\_ e R. Serrano, [no prelo] *Why are Social Funds so Popular?*. MIT, Cambridge, MA, 2000.

The World Bank, *Civil Society Participation in World Bank Country Assistance Strategies – Lessons from Experience*, FY 97-98, NGO Unit, April 1998.

\_\_\_\_\_, *Measuring the Poverty Impact of Projects in LAC*, LAC Poverty and Labor Unit, julho de 1998.

\_\_\_\_\_, *Mid-Term Review, Rural Poverty Alleviation Project (Rpap) – Sergipe* (Loan 3919-Br), Brazil Office, 1999.

\_\_\_\_\_, *Nongovernmental Organizations in Bank-Supported Projects*, Operations Evaluation Dept., Novembro 1998.

\_\_\_\_\_, *Parcerias-Pobreza-Cidadania, Dez Experiências de Alianças para Redução da Pobreza*, com a Fundação Getúlio Vargas, SP, 1999.

\_\_\_\_\_, *Participation in Practice* – Discussion Paper 333.

\_\_\_\_\_, *Portfolio Improvement Program: Review of the Social Funds Portfolio*, 1997.

\_\_\_\_\_, *Social Development Family List of Publications*, setembro, 1998.

\_\_\_\_\_, *Strategy for Social Investment Funds, Building Bridges from the Margin to the Mainstream*, draft, LAC Human Development Department, junho de 1999.

\_\_\_\_\_, *The World Bank and Participation*, Operations Policy Dept., 1994,

\_\_\_\_\_, *The World Bank Participation Sourcebook*, 1996.

### ***Outras Fontes***

Alexander, Nancy C., *Highlights of the World Bank's 1997 Country Assistance Strategy (CAS) for Brazil*, Globalization Challenge Institute, Draft, Aug. 1998.

Berthet, R. 1996, *Who Knows What's Best for the Poor? Demand-driven policies and rural poverty in Northeast Brazil*, Masters thesis, MIT.

Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, *Os Financiamentos das Instituições Financeiras Multilaterais e o Orçamento da União: o papel do Congresso Nacional na fiscalização e controle de acordos internacionais e financiamentos externos*, Audiência Pública 1/98, agosto, 1998.

Couto Soares, Maria Clara, (coordenadora) et alli, *Fundos socioambientais e Ambientais Financiados ou Administrados pelo Banco Mundial no Brasil*, Rio de Janeiro, 2000

Global Environment Facility, *Global Environment Facility Small Grants Programme: protecting the global environment through community action*, 1997.

Goodman, Margaret, Samuel Morley, Gabriel Siri and Elaine Zuckerman, *Social investment funds in Latin America: past performance and future role*, Inter-american Development Bank, 1997.

InterAction, *Assessment of Participatory Approaches in Identification of World Bank Projects*, American Council for Voluntary International Action, Multilateral Development Bank Project, March, 1999.

Moorsom, Richard, *Social action and microcredit funds in Malawi: a pilot study*, 1997.

Nambo, Shinji, Social investment funds in Latin America, *Journal of Development Assistance (Japan)*; 3:62-109, março 1998.

Owen, Daniel and Julie Van Domelen, *Getting an earful: a review of beneficiary assessments of social funds*, 1998.